

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

Conforme estatutariamente definido, cumpre à Assembleia de Delegados (AdD) deliberar a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da Ordem, apresentado pelo CDN (competência do CDN de acordo com o Estatuto da OA (EOA), alínea g) do art.o 21o).

Sobre esta questão importa, porém, recordar que o Plano de Atividades em curso havia sido aprovado em reunião extraordinária no dia 28 de janeiro, tendo sido dado um tempo record de 4 (quatro) dias, para os delegados analisarem os documentos enviados com a convocatória. A justificação para a realização dessa reunião resultou da, alegada, necessidade de aprovar o Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2023 antes da realização do Congresso que iria decorrer nos Açores no início de março.

Recorde-se, também, que em 11 de dezembro de 2021 a AdD redigiu uma recomendação ao CDN, com o objetivo de evitar a extinção do Seguro de Saúde, solicitando que fosse estudada a possibilidade de dar continuidade ao mesmo:

...“Dar continuidade à existência de um seguro de saúde protocolado que, em princípio, ii) proporcione a todos os membros da Ordem dos Arquitectos condições idênticas e equitativas em termos da respetiva prestação de serviços, iii) devendo o valor da subscrição ser assumido pelo seu signatário...”

Recorde-se, ainda, que o Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2023 foi aprovado em Reunião Plenária do CDN (35ª) realizado a 22 de dezembro de 2022 sendo, entre outros pontos:

(...)

4. Proposta Plano Geral de Atividades e Orçamento da OA para 2023

5. Informação Programa do 16º Congresso dos Arquitectos

(...)

11. Cartão de Saúde da Ordem dos Arquitectos

(...)

Já na 14ª AdD Extraordinária realizada a 28 de janeiro de 2023, quando da votação do referido Plano de Atividades e Orçamento da Ordem, no Ponto 1 da referida reunião foi referido, e de acordo com a ata da AdD mencionado na segunda “informação rápida” pela Presidente que foi “solicitada a indicação de um membro da AdD para integrar o GT Seguro de Saúde, para o qual nomeou Leonor Cintra Gomes”. Tendo a Vice-Presidente tomado a palavra, como representante da AdD no Grupo de Trabalho (GT), referiu que este GT iniciou trabalhos a 12 de janeiro indicando toda a equipa que constitui o grupo, e sem ter referido em qualquer momento que todos os

delegados da referida Assembleia poderiam de forma participativa propor alguma recomendação.

Ora, serve este pequeno enquadramento temporal para entender o seguinte:

- A AdD enviou a recomendação a 11 de dezembro de 2021;
- O CDN aprovou, a 22 de dezembro de 2022, por unanimidade o Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem sem ter em consideração qualquer das recomendações enviadas pela AdD, enviadas há mais de 1 ano;
 - Manteve-se o Seguro em *stand-by* a aguardar o fim do contrato sem qualquer ação no seguimento da recomendação da AdD
 - Aprovado de forma precipitada, sem contemplar a continuidade do Seguro de Saúde
- Durante a mesma Reunião Plenária do CDN, a 22 de dezembro de 2022, e já no final da mesma reunião, foi votado o Cartão de Saúde da Ordem dos Arquitetos
 - Não se entende o porquê da votação deste ponto após a votação do Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem, uma vez que este previa apenas a continuidade do seguro por mais 3 meses, altura em que terminaria o contrato;
 - Não foi tido em consideração qualquer das recomendações enviadas pela AdD enviadas há mais de 1 ano
- Na 14ª AdD Extraordinária, realizada a 28 de janeiro de 2023, foi posta a votação o Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem em que qualquer recomendação da AdD teria sido incluído, mas com a justificação de que se teria que aprovar para poder realizar o 16º Congresso dos Arquitetos a realizar no início de março
 - Não se entende, e apesar dentro daquilo que são os prazos mínimos, como apenas se concedem 4 (quatro) dias para analisar os documentos de tamanha importância e estruturais para as atividades da nossa OA
 - Já tinha sido discutido em anterior AdD que a realização do Congresso não estava dependente da aprovação do Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem, uma vez que este poderia ser realizado através da utilização de duodécimos (relembre-se que a OA tinha um *superávit* positivo de largos milhares)

Assim, na presente reunião da Assembleia de Delegados (a décima sexta, de caráter extraordinário), a **20 de março de 2023, decorreu a reunião extraordinária tendo como único ponto "Apresentação, apreciação e votação da proposta de Retificação do Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2023**, aprovada por unanimidade na 38.ª reunião do CDN, visando permitir o lançamento de um Concurso Público Urgente, para a contratação de um seguro de saúde de grupo, em regime contributivo".

CONSIDERANDO QUE:

1. O Concurso Público Urgente teria sido evitado, caso o CDN tivesse considerado, atempadamente, a continuidade do Seguro de Saúde, acautelando os procedimentos tidos como convenientes para o efeito.
2. Na reunião extraordinária realizada não foi apresentada qualquer proposta de peça processual a integrar no referido concurso público. Nesse sentido, os Delegados viram-se perante a necessidade de aprovar um processo para o qual não se conhecem os termos das peças que irão ser apresentadas em concurso público.
3. De uma forma muito sucinta, foi adiantado que o novo Seguro de Saúde será mais caro do que o anterior (e com as mesmas coberturas) e que a Ordem servirá, apenas, como intermediário do mesmo – recolhendo o pagamento dos seus associados e entregando-o à Seguradora (valor anterior de 17,50 €).
4. Fica por esclarecer que outra contrapartida terá a Ordem neste processo e como será feita a gestão em caso de falta de pagamento dos associados.
5. Não são conhecidos os termos do seguro, tendo apenas sido referido, verbalmente, que servirá para cobrir algumas consultas (mas poucas) e exames, sem que tenha sido apresentada qualquer ordem numérica.
6. Este processo está a ser conduzido de forma pouco clara, não estando os Delegados na posse de todos os conteúdos necessários para a votação.
7. Tendo presente que este Seguro representa um custo zero para o Orçamento da Ordem, não se compreende a necessidade de retificação do Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2023.
8. No seguimento do ponto anterior, não se compreende como se chega a uma previsão de 9.000 associados aderentes a um seguro quando antes tinham aderido cerca de 6.000, e, consequentemente, um valor de 200.000,00 € referido no Orçamento (valor previsto de cerca de 22,00 €).
9. Não se entende como se passa da atual apólice para a próxima (tendo em consideração, por exemplo, algum processo em curso).
10. Não é referido no Orçamento qualquer valor alocado a todo o serviço administrativo associado à gestão do contrato, quer por parte do CDN quer por parte das SR's – não há referência quem vai gerir o contrato.

PELO EXPOSTO,

Décio Bruno Santos Ferreira, inscrito na Ordem dos Arquitectos (OA) com o número 15119N, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, inscrita na Ordem dos Arquitectos (OA) com o número 17405N, Luís Carvalho Oliveira, inscrito na Ordem dos Arquitectos (OA) com o número 6661N, na qualidade de Delegados eleitos pela Região Centro e Região Norte, respetivamente, vêm por este meio apresentar a declaração de voto, conforme acordado durante a votação

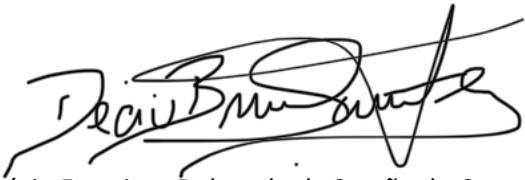
que ocorreu na 16a reunião extraordinária da Assembleia de Delegados, realizada com carácter de urgência, no dia 20 de março de 2023.

Votamos contra o ponto da ordem de trabalho (referente à Apresentação, apreciação e votação da proposta de Retificação Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2023) uma vez que:

- A proposta apresentada bem como a explicação por parte do CDN ao mesmo não apresenta a maturidade necessária para o efeito desejado – continuidade do Seguro de Saúde.

Consideramos, assim, que o atual Seguro de Saúde com o contrato ainda vigente cumpre e adequa-se melhor aquilo que são os interesses dos associados, bem como reforça a ligação, confiança e cooperação da nossa OA com os seus associados, que consideramos dada a falta de confiança, credibilidade e ligação dos associados à mesma.

Os Declarantes



(Décio Ferreira - Delegado da Secção do Centro)

20 de março de 2023

(Lia Ferreira - Delegada da Secção do Norte)

20 de março de 2023

(Luís Oliveira - Delegado da Secção do Norte)

20 de março de 2023